



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

AUGUSTO MARQUES PORDEUS JUNIOR

ANTÔNIO MARIZ: O MITO POLÍTICO NA PARAÍBA
(1990-1995)

CAJAZEIRAS-PB
2015

AUGUSTO MARQUES PORDEUS JUNIOR

ANTÔNIO MARIZ: O MITO POLÍTICO NA PARAÍBA
(1990-1995)

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores - Campus de Cajazeiras - PB, para a obtenção do título de Licenciado em História.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lucinete Fortunato.

CAJAZEIRAS-PB
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

P835a Pordeus Junior, Augusto Marques
Antonio Mariz: o mito político na Paraíba (1990-1995). / Augusto
Marques Pordeus Junior, 2015.
53f. : il.
Bibliografia.

Orientador(a): Maria Lucinete Fortunato.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História – Antônio Mariz - Paraíba. 2. Antônio Mariz - mito. 3.
Relações de poder. I. Fortunato, Maria Lucinete. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –929(813.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

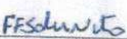
AUGUSTO MARQUES PORDEUS JUNIOR

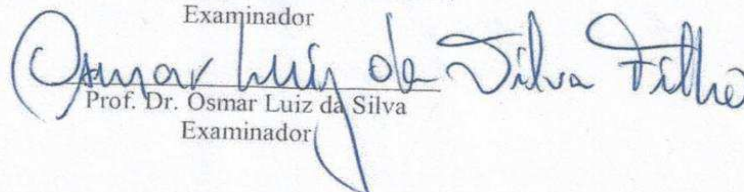
ANTÔNIO MARIZ: O MITO POLÍTICO NA PARAÍBA
(1990-1995)

Monografia aprovada em 13/03/2015 para obtenção do título de Licenciada em História.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr.ª Maria Lucinete Fortunato
Orientadora


Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Examinador


Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva
Examinador

CAJAZEIRAS-PB
2015

Dedico este trabalho a memória de Paccelli Gurgel, que sempre será para mim uma grande fonte de inspiração nesta grande arte que é ensinar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todos os meus amigos que, por uma razão ou outra, não conseguiram chegar até o fim deste percurso. Alguns já se foram, outros ainda estão aqui. Foi uma honra conviver com todos.

Agradeço a minha orientadora, Maria Lucinete Fortunato, por ter tido a paciência de me guiar até aqui. Tenho consciência de quanto despreparo eu tinha e ainda tenho. Porém, foi nesta última etapa que consegui ver o curso por uma perspectiva que ainda não havia descoberto. Entendi o porquê de muitas coisas que antes não conseguia compreender.

Agradeço ao professor Neto, por ter acreditado em mim, quando eu já estava prestes a desistir. Era a confiança que eu precisava para reforçar a esperança.

E, sobretudo, agradeço a Cícera Araújo, minha esposa e grande amiga, que ficou ao meu lado durante toda esta jornada, e jamais deixou de acreditar em mim, nem deixou que eu desistisse.

Muito obrigado a todos vocês!

RESUMO

O Brasil da década de 1990 foi marcado por diversas mudanças em seu âmbito político, tanto em território nacional e estadual como em território municipal. Uma dessas mudanças foi o processo de redemocratização do país ocorrido em 1989 com o fim da ditadura militar e a volta das eleições diretas. O presente trabalho visa investigar as representações acerca da trajetória política de Antônio Mariz neste contexto histórico, problematizando as implicações nas relações políticas e socioculturais e a transformação de sua figura numa espécie de mito na política paraibana e, mais especificamente, na política sousense, entre 1990 e 1995. O estudo será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como fontes obras de autores regionais que retratam a história e trajetória de Mariz. Consideraremos sua biografia, sua atuação enquanto político, administrador público e as repercussões da sua vida pública nos diversos discursos analisados.

Palavras-chave: Mariz, Mito, Relações de poder.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 01 - Mariz, ao concluir o secundário no colégio Pio X.....	20
Imagem 02 - Foto de sua formatura em Direito, no Rio de Janeiro.....	21
Imagem 03 - Casamento com Mabel Dantas - 1963.....	22
Imagem 04 - Mariz em campanha para a prefeitura de Sousa – 1962.....	23
Imagem 05 - Antônio Mariz assina o termo de posse na prefeitura de Sousa. 1963.....	24
Imagem 06 - Mariz reassume a prefeitura de Sousa – 13/05/1964.....	25
Imagem 07 - Inauguração das instalações do gabinete odontológico municipal.....	26
Imagem 08 - Inauguração das instalações do posto de revenda de material agrícola.....	26
Imagem 09 - Discurso durante a campanha para deputado em 1972.....	28
Imagem 10 – (1994) Da esquerda para a direita: Ruth Lucena, Humberto Lucena, Antônio Mariz, Ronaldo Cunha Lima e José Maranhão.....	32
Imagem 11 - O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cumprimenta o governador da Paraíba, Antônio Mariz -1995.....	33
Imagem 12 - Mariz, com as principais lideranças peemedebistas, durante a campanha de 1994.....	33
Imagem 13: Resultado final do estado da Paraíba - 1º turno.....	34
Imagem 14 - Mariz recebe o diploma de governador no TER da Paraíba - 1994.....	35
Imagem 15 - O governador Cícero Lucena transmite o cargo a Mariz, que tem a seu lado a esposa, Mabel – 01/01/1995.....	36
Imagem 16 - Três momentos importantes: Em debate na Associação Paraibana de Imprensa, recebendo o diploma de governador eleito e tomando posse do cargo na Assembleia Legislativa – 01/01/1995.....	37
Imagem 17 - A última entrevista coletiva na Granja Santana, em 21/08/1995.....	40
Imagem 18- Durante a campanha para governador. Esta imagem de um homem ainda forte, sorridente, ficou no imaginário popular graças à mídia.....	44
Imagem 19 - Uma das fotos oficiais da campanha de 1994, também foi uma forte imagem que ficou na mente da população.....	46

SIGLAS

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional;
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro;
- PDT – Partido Democrático Trabalhista;
- PFL – Partido da Frente Liberal;
- PL – Partido Liberal;
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- PPS - Partido Popular Socialista;
- PRP - Partido Republicano Progressista;
- PSB - Partido Socialista Brasileiro;
- PSP - Partido Social Progressista;
- PT – Partido dos Trabalhadores;
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;
- UDN - União Democrática Nacional;
- AI-2 – Ato Institucional número2;
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito;
- TRE – Tribunal Regional Eleitoral;
- PPR – Partido Progressista Renovador;
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;
- PSC – Partido Social Cristão;
- PSD – Partido Social Democrático;
- PP – Partido Progressista;
- PC do B – Partido Comunista do Brasil;
- PV – Partido Verde;
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado;
- PRN – Partido da Reconstrução Nacional;
- PMN – Partido da Mobilização Nacional;
- FP – Frente Paraíba;
- FPP – Frente Paraíba Popular;

- UOP – União das Oposições Paraibanas;
- PMN – Partido da Mobilização Nacional;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1: Antônio Mariz: trajetória política e pessoal frente às relações de poder na paraíba.....	14
1.1: Relações de poder na Paraíba: mudanças e permanências.....	14
1.2- Antônio Mariz: Trajetória política e pessoal.....	20
Capítulo 2: Contextualização sobre os partidos políticos no Brasil e na Paraíba na década de 1990.....	29
2.1 - Correlações de forças na eleição de Mariz como governador da Paraíba em 1994.....	31
2.2 – Implicações político-administrativas no governo de Mariz.....	36
CAPÍTULO 3: Antonio Mariz: o mito.....	39
3.1- Os impactos causados a sociedade paraibana a partir da morte de Mariz.....	39
3.2- Em sintonia com o poder: representações sociais de Mariz como “homem público”.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a partir da segunda metade do século XX, sobretudo depois dos anos 1980, os estudos desenvolvidos no âmbito da História Política buscam fazer uso de mecanismos (História Oral e biografia) numa perspectiva que se denominou de Nova História Política.

Nesse contexto, muitos historiadores e cientistas sociais, desenvolveram estudos sobre a história política brasileira, bem como estudos da história política regional e/ou local. Assim, a história política com:

(...) a dimensão política dos fatos sociais começou a ganhar novos espaços, num processo chamado por Remond de "renascimento da história política". Segundo este autor, essa tendência deve ser entendida em ligação com duas ordens de fatores: as transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica (FERREIRA, 1992, p.01).

Parte-se da compreensão de que a pesquisa histórica passou por um deslocamento, suprimindo o estudo de grandes nomes e seus feitos e enfatizando a "História vista de baixo" e/ou os fatos ocorridos entre diferentes grupos sociais, passando a dar mais importância às massas populares, ampliando seu espaço de estudo e suas fontes documentais.

Este estudo se insere na proposta da nova história política e tem como objetivo analisar, pelo olhar histórico, os motivos que transformaram Antônio Mariz em uma espécie de mito político no Estado da Paraíba. Seus atos, seus discursos e seu curto período como governador do referido estado (1994-1995).

O objetivo principal da análise será o de problematizar como, na historiografia, nos estudos sociológicos e de cronistas regionais, o homem Antônio Mariz assumiu proporções de mito político.

A pesquisa será de natureza bibliográfica. Faremos uso da bibliografia produzida acerca de A. Mariz enquanto político, sertanejo e paraibano, principalmente após o seu falecimento no ano de 1995: biografias, obras póstumas, monografias e artigos sobre a temática abordada. Será feita uma análise crítica das fontes, isoladas e em contexto, a

fim de apreender, nestes textos, independente da parcialidade que eles possam trazer, representações¹ referentes à trajetória política e à instituição do mito Antonio Mariz.

Com base no exposto, essa monografia será organizada em três capítulos:

No primeiro capítulo vamos discorrer sobre as relações de poder na Paraíba, apreendendo como as mesmas têm sido pensadas em termos de mudanças e permanências, ao longo do tempo, por estudiosos do poder local e considerando o contexto político que o país vivia no período em análise. Além disso, será feita uma breve análise da vida de Antônio Mariz, a fim de situar a sua trajetória política frente às relações de poder no contexto de sua época e apreender como foi pensada a sua postura frente à política enquanto cidadão e político.

No segundo capítulo trataremos das eleições estaduais de 1994 na Paraíba seus personagens e coligações partidárias, problematizando as implicações políticas da campanha eleitoral, a fim de compreender as correlações de forças no jogo político, os resultados das eleições e as nuances da administração pública de Antônio Mariz, na condição de governador do Estado da Paraíba, como condição de possibilidade para a elaboração da sua imagem política.

No terceiro capítulo problematizaremos a transformação da figura de Mariz numa espécie de mito na política paraibana e, mais especificamente, na política sousense entre 1990 e 1995 considerando as representações sociais do mesmo e suas implicações políticas e socioculturais.

¹ Utilizamos o conceito de representação no sentido proposto por Roger Chartier, ou seja, buscando “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990: p.17).

CAPÍTULO 1: ANTÔNIO MARIZ: TRAJETÓRIA POLÍTICA E PESSOAL FRENTE ÀS RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA.

1.1. RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

A política paraibana, bem como as relações de poder exercitadas neste Estado, ao longo do tempo, principalmente a partir do século XIX, foram pensadas como sendo de maneira muito similar desde sua fundação até a época contemporânea. Parecendo apenas “mudar de roupa”. Essa compreensão tem sido alvo de grandes debates entre historiadores e sociólogos que trabalham com essa temática.

Para alguns autores, as relações de poder na Paraíba tem se configurado, desde a época em que surge a poderosa figura do “coronel”, de maneira clientelista e personalista. Isso foi possível devido ao fato de que

O conceito de coronelismo foi elaborado com o objetivo de legitimar as relações sociais e políticas como relações institucionais e hierárquicas, e como fenômenos sucessivos e idênticos que se pretendiam dominantes, ainda que decadentes, conferindo-lhes homogeneidade e importância temporal. (FORTUNATO, 2008, p. 27).

A ideia era de que a rede de poder criada pelos coronéis funcionava de tal modo que eles

Controlavam a política local por meio do compadrio – relações sociais de cordialidade e intimidade entre compadres e de proteção excessiva recíproca – do clientelismo – relação política em que uma pessoa (o patrão) dá proteção a outra (o cliente) em troca de apoio, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal independente das relações de parentesco e do emprego de métodos violentos, mantinha articulação política com o governo federal e com os governos estaduais (PEREIRA, et. all, 2008, p. 2).

Segundo alguns estudiosos, a exemplo de FAORO (1977) essa estrutura de poder tem a ver, ainda, com um contexto mais antigo, em virtude do Brasil ser um país de economia originalmente rural, onde o “dono da terra” sempre tinha a vantagem econômica, social e política frente a seus agregados e se configurava, também, “como dono do poder” numa sociedade considerada como patriarcal. “O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império.” (FAORO, p. 736) Desse modo, “Nos municípios os coronéis

decidiam a política local. (...) A patente de coronel era concedida a grandes latifundiários que exerciam total controle sobre seus agregados e outras pessoas que dependiam de sua influência”. (PEREIRA, et. All., 2008, p. 2).

Para Vasconcelos (2006), neste contexto, a realidade para o homem do campo era arbitrária e cruel. Assim como o operário das fábricas, o agricultor estava submetido aos donos das terras em que trabalhava. Estando exposto, também, a humilhações, privações e, em alguns casos, até à violência física.

Os grandes proprietários de terra, em todas as regiões do país, eram senhores da vida e da morte da rarefeita população que se espalhava pelos rincões. (...) Exerciam seu poder de maneira autoritária e não admitiam contestação. A partir da Casa-Grande, epicentro do seu mando, o senhor de terras e de homens, irradiava sua influência para o núcleo familiar, escravaria, trabalhadores da fazenda, pequenos proprietários rurais que orbitavam nas franjas da produção para a exportação e agregados. (VASCONCELOS, 2006, p.1).

Igual a um pequeno ditador, o coronel era considerado implacável em usar seu poder e influência. Vale ressaltar, ainda, que alguns estudiosos apontam o fortalecimento desse poder por meio dos casamentos entre as famílias que se destacavam na cena política. Por exemplo, a união entre as famílias de dois coronéis, ou de um coronel e um político influente. Neste sentido, Mariano (2011, p. 3) afirma que “Uma das estratégias utilizadas para ampliar as redes de poder era a união entre os membros das famílias importantes da elite local. (...) Essa estratégia viabilizava a criação de partidos (...)”.

De acordo com Mariano (2011, p. 4), foi a partir dessas alianças que se formaram os primeiros partidos políticos na Paraíba e “até o presente momento, a melhor maneira de compreender os partidos políticos (...) é verificando os laços de parentescos e suas alianças. Esses grupos de parentescos vão sendo incorporados estruturalmente à política”.

Corroborando com essa ideia, Linda Lewin (1993, p. 163) defende que,

Dada a circunstância de longo prazo de um estado fracamente definido, particularmente no interior, onde as famílias de elite assumiam a responsabilidade de manutenção da ordem, é compreensível que os indivíduos encontrassem segurança naquelas unidades de parentesco. O alto grau de violência nos povoados de fronteira predispunha a população a depositar a sua confiança e suas esperanças relativas à proteção – ou mesmo à sobrevivência – na parentela de elite que dominava a sociedade e a economia.

Na Paraíba, Estado considerado “atrasado”, portanto, de base coronelística, devido ao clima da região, as secas periódicas e todas as mazelas sofridas pelos mais humildes, ficava mais fácil manter o *status quo* quase inabalável. “(...) as condições naturais favoreceram desenvolvimento do sistema coronelístico oligárquico.” (PEREIRA, et. all, 2008, p. 9).

Neste sentido Lewin (1993, p. 330) afirma que, na Paraíba, essas uniões eram não apenas justificáveis, mas, também necessárias, pois,

(...) o empenho da defesa do coronelismo – da autonomia local – era também mais forte onde o domínio de base familiar tivesse se consolidado mais firmemente nas mãos de umas poucas famílias e onde, muitas vezes, o isolamento também aumentava a independência relativa.

Para muitos estudiosos do poder local, as relações de poder no Brasil passaram por algumas reelaborações no século XX, a exemplo de Pereira et. all (2008), afirma que, com o passar dos anos, o coronelismo foi enfraquecendo em todo o país, principalmente no início do século XX; e de Lewin, que defende que na década de 1920, o então governador João Pessoa estava disposto a diminuir o poder das oligarquias.

Desde o momento da posse, anunciou sua determinação em erradicar os abusos mais classicamente associados ao coronelismo – o monopólio privado da violência, a irresponsabilidade fiscal, o banditismo e a falta de processo legal nas ações criminais. (LEWIN, 1993, p. 329).

Porém, considera-se que houve uma grande resistência em manter os velhos hábitos. Principalmente na Paraíba “(...) as oligarquias algodoeira, pecuária e açucareira resistiram à política de João Pessoa, por serem atingidos seus vínculos comerciais com mercados externos.” (PEREIRA, et. all, 2008, p. 8).

Segundo Fortunato (2008),

Para Leal, embora o coronelismo, enquanto sistema político tenha morrido em 1930 – com a produção industrial, a crise do café, o aumento da população e do eleitorado urbano, e com a expansão dos meios de comunicação e transporte – sobreviveram, a ele, os coronéis e a prática do mandonismo. (FORTUNATO, 2008, p. 48).

Além disso, o contexto da época não seria suficiente para erradicar de maneira total o coronelismo, pois, sobretudo

(...) para os que situam a base do poder coronelístico não apenas na propriedade da terra, mas na propriedade que quaisquer outros bens de fortuna ou de prestígio que possibilitem o controle de votos, há uma

maior flexibilidade na compreensão do fenômeno, com a ideia de sua perpetuação de forma indefinida através da posse e controle dos “currais eleitorais”. (FORTUNATO, 2008, p. 61-62).

Exemplo disso, é que avançando algumas décadas nós encontramos, segundo Matos (2005), a seguinte realidade na política paraibana:

Os blocos políticos dominantes reagiram, persistiam representados pelas famílias cercadas de parentela e dos compadres, assegurando domínio oligárquico em relação ao poder político. O mais era o povo humilde, massa de manobra, como sempre. (MATOS, 2005, p.13).

De acordo com essa compreensão, o sistema de relações de poder na política paraibana vai sendo mantido, sob a ideia de que os velhos costumes predominavam. “São os modernos castelãos, que estão contraditoriamente na moda, diríamos. No tesouro está a sua força. É conservadorismo e esperteza pra valer mesmo.” (Matos, 2005, p.13).

Diante do exposto, mesmo com as transformações ocorridas após a década de 1930, as relações de poder na Paraíba continuavam sendo consideradas, praticamente as mesmas, mudando apenas as credenciais para o exercício do poder. “O controle do voto é impressionante. Com a diferença que a origem deste poder não é mais a riqueza pessoal do “coronel”, mas o controle da máquina pública. Os “donos dos votos” são aqueles que disputam o controle da administração pública local.” (NÓBREGA, 2014, p. 1). Para que essa situação mude, Nóbrega defende que

(...) é preciso extinguir as contratações de pessoal sem concurso público e diminuir os cargos comissionados na administração pública. Para que a política, na Paraíba, não se resuma à disputa entre os que querem permanecer na administração pública e os que estão fora querendo entrar. E para quebrar o principal instrumento alimentador do coronelismo moderno. (NÓBREGA, 2014, p. 1).

Apesar desses deslocamentos, na Paraíba, considerava-se que até o hábito das alianças familiares ainda estava a todo vapor. E, no município de Sousa, “(...) as famílias Melo e Mariz, Pires e Sá, Gonçalves e Abrantes, Gadelha e Oliveira, intimamente e proximamente entrelaçadas pelo parentesco, eram as mais influentes e davam as cartas (...)” (Matos, 2005, p.14).

Essa compreensão foi mantida como discurso de autoridade ao longo do tempo. Matos (2005, p.15), por exemplo, destaca que ainda nos anos 1960 o partido das

famílias Melo e Mariz, Gonçalves e Abrantes, Gadelha e Oliveira era a UDN. Enquanto do outro lado, o partido das famílias Pires e Sá, famílias antigas e numerosas, era PSD.

Nas décadas de 1970-80, quando o Brasil passou pelo processo de crise da ditadura militar que durara mais de vinte anos, novos partidos políticos foram criados. Tais partidos se ramificaram por todo o país, inclusive na Paraíba e, nos anos 1990, estavam procurando se consolidar. Ganhavam forças naquele momento histórico o PT, o PMDB, o PSDB, o PFL e o PDT. No entanto, segundo Lima (2005), os nomes dos políticos, na evolução das bancadas parlamentares na década de 1990, estavam muito mais presentes do que os partidos, na hora da escolha pelos eleitores, “Pode-se considerar que o sistema partidário brasileiro é bastante frágil, porque, em primeiro lugar, é incipiente, ou seja, não teve tempo de se enraizar na sociedade”. (LIMA, 2005, p. 18).

Para Lima (2005), não eram os partidos, mas os candidatos que atraíam a atenção popular antes de qualquer coisa. Sobretudo pelo fato de ser uma democracia que acabara de nascer e, sendo assim, a ideologia e os objetivos dos partidos não tivessem quase nenhum apelo à massa popular, lembrando, ainda, que os velhos hábitos de se fazer política continuavam fortes, não só na Paraíba como também no Brasil:

O Brasil é uma federação descentralizada e marcada por agudas disparidades regionais. Os interesses locais costumam contar mais na política do que as clivagens ideológicas e de classe, visto que uma tradição individualista e patrimonialista encara o mandato popular mais como uma prebenda pessoal do que como função pública. (LIMA, 2005, p. 18).

Isso explica a ideia de que o eleitorado nunca se importou muito (embora se comente) sobre as alianças feitas pelos partidos em época de campanha, ainda que esses partidos não tenham a mesma linha ideológica. “No Brasil, a busca pela vitória exige a opção de fazer ou não coligações.” (LIMA, 2005, p. 22).

Na opinião de Facundo (2010) esta visão também é verdadeira, estando esses indivíduos fazendo o papel de coronéis modernos, sempre receando abandonar os privilégios políticos.

Resumindo-nos ao cenário político de nosso querido estado da Paraíba, nos remete ao passado onde o coronelismo imperava, nossos governantes eram predefinidos sem o consenso popular, a sociedade não tinha força. O que vemos hoje é gente brigando para não sair do poder, é gente deixando de exercer seu papel também conquistado nas

urnas parar tirar o outro do poder por mero capricho (...).
(FACUNDO, 2010, p. 1).

Portanto, apesar do país como um todo ter saído de anos de governo militar, considera-se que o Brasil, assim como a Paraíba, continuava meio que parado no tempo em relação ao jogo de poderes, de tal modo que pouca coisa mudaria. E é tendo por base essa concepção que questionamos como Antônio Mariz foi pensado enquanto político e representado como um mito da Política paraibana pelos seus biógrafos, por estudiosos do poder local e pela população como um todo. Para tanto, partiremos de certa genealogia da sua vida pessoal e política, tendo como foco apreender como foi pensada a sua postura frente à política, enquanto cidadão e político.

1.2. ANTÔNIO MARIZ: trajetória política e pessoal.

Para tentarmos compreender o porquê de Antônio Mariz ser pensado popularmente como um mito político no Estado da Paraíba é preciso observar sua trajetória política, o que pode ser viabilizado por meio da análise da sua biografia. Segundo Malatian (2008), “A força do retorno do gênero biográfico veio dos questionamentos sobre como distinguir o indivíduo na sociedade, na qual as análises até então mais validadas o diluíram.” (MALATIAN, 2008, p. 6).

A tarefa de construção de biografias pelo historiador coloca em questão direcionamentos a serem observados desde a escolha do personagem, em função da sua atuação ou de qualidades que possam estabelecer identificações projetivas importantes. (MALATIAN, 2008, p. 10).

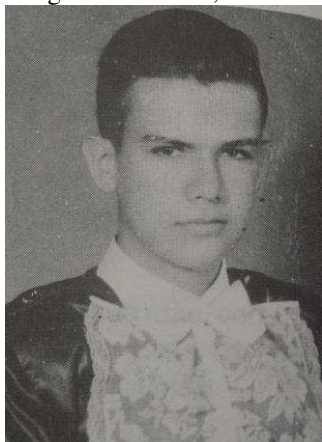
É graças à biografia e também aos outros livros sobre o personagem escolhido que podemos compreender seu espaço social, o local de onde ele fala e seu contexto temporal e também o porquê da escolha.

De acordo com essa compreensão, a seguir, analisaremos a imagem de Antônio Mariz elaborada a partir da obra da autora Fátima Araújo (1996).

Em 1960, Mariz forma-se Bacharel em Direito pela Universidade Nacional do Rio de Janeiro. Em sua vida estudantil na academia já despontava para o lado político.

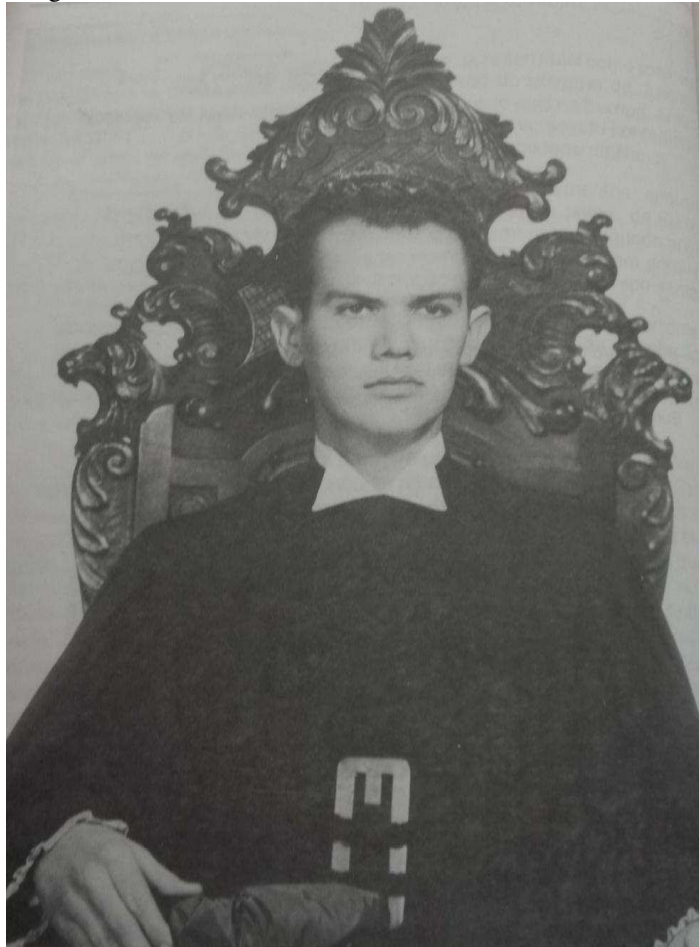
Bastante requisitado pelos seus ares de líder, apesar de, paradoxalmente, ser um rapaz tímido, foi logo nos primeiros meses de faculdade eleito secretário do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – fonte da política estudantil da época, onde se formavam as idéias dos universitários mais atuantes. (ARAÚJO, 1996, p.19).

Imagem 01 - Mariz, ao concluir o secundário no colégio Pio X.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.18.

Imagem 02 - Foto de sua formatura em Direito, no Rio de Janeiro.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.22.

Logo após sua formatura, Mariz é aprovado em primeiro lugar num concurso público para o cargo de promotor público no Rio Grande do Norte. Podendo escolher onde atuaria, ele escolhe a cidade de Martins, pois esta ficava mais próxima do Estado da Paraíba. Em 1962, é aprovado mais uma vez em primeiro lugar em outro concurso também para promotor público, mas desta vez no Estado da Paraíba. Sua escolha para atuar é a comarca de Antenor Navarro, pois era mais próxima de Sousa, cidade que era reduto eleitoral de sua família. Araújo (1996) mostra que, dessa forma, a estratégia dele já era se aproximar de seu alvo eleitoral, aos poucos, atuando primeiro como promotor, antes de alçar sua real carreira política.

Pensando a política tendo como base a força da família, Araújo considera que era parte de sua estratégia “cercar” seu futuro reduto eleitoral, pois, tendo uma família influente politicamente, ele só precisava construir bem sua imagem em detrimento do adversário, geralmente alguém membro da família Gadelha, ou escolhido por ela para ser o candidato da vez.

Em 1963, Mariz casa-se com a jovem Mabel Dantas. O casamento acontece em João Pessoa, na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes. É interessante notar, aqui, um fato destacado em sua mini biografia escrita por Eilzo Matos (2000), político e amigo de Mariz, que o noivo convidou como um dos padrinhos de casamento um homem simples: “(...) Antonio Mariz escolheu para uma de suas testemunhas, o humilde e honrado operário Severino Maribondo, analfabeto, mas da linha de frente na luta sindical (...)” (MATTOS, 2000, pag. 17). O que certamente chamou a atenção em sentido duplo. Uma demonstração de humildade e simplicidade aos olhos dos amigos e do público; uma demonstração de cinismo e oportunismo na visão de seus adversários. Sobre seu casamento, duas filhas nascem desta união e Mariz e Mabel permanecem casados até a morte deste. (Matos, 2000).

Imagem 03 - Casamento com Mabel Dantas - 1963.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.26.

Nos discursos políticos de Mariz ele focava sempre o aspecto de como uma só família estava no poder a tanto tempo e fizera tão pouco pelo povo. E foi assim que Mariz começou a se impor na política, na condição de opositor na cidade de Sousa, que era “dominada” há décadas pela família Gadelha de Oliveira, a qual vinha administrando o município desde os tempos dos coronéis, da chamada oligarquia do algodão. Mesmo depois que as oligarquias entraram em declínio nos anos de 1930, os Gadelha de Oliveira ainda tinham imensa influência na política sousense.

Tendo como base, na correlação de forças, a idéia de rompimento com as relações tradicionais, Mariz surgia, na década de 1960, não apenas como novidade

política, mas também como símbolo de mudança, para muitos que se sentiam cansados da situação da cidade, que politicamente sempre esteve à mercê daquela oligarquia. E foi nesse contexto que, em 1963, Antônio Mariz surgiu pela primeira vez como candidato a prefeito do município de Sousa e embora sendo logo escanteado pelos Gadelha e pelos Oliveira, na época seus opositores, acabou vencendo o pleito.

Candidatou-se pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido pelo qual tinha mais afinidade ideológica, e era chamado por seus adversários de comunista. Seu adversário principal na referida eleição foi Felinto da Costa Gadelha, conhecido como Tozinho Gadelha, candidato pela UDN (União Democrática Nacional). A eleição foi acirrada. Mariz ganhou com uma diferença de apenas 10 votos de seu opositor. Foram 3.876 votos, contra 3.866 votos. E para dificultar, o vice-prefeito de sua chapa não conseguiu se eleger. O vice-prefeito eleito foi Geraldo Abrantes do Nascimento, que era candidato do seu adversário da UDN. “Trabalhando ao lado de um vice-prefeito de partido contrário, deduz-se que não fora fácil para Mariz, dirigir a prefeitura de Sousa. Acontece que o talento e o idealismo falaram mais forte...” (ARAÚJO, 1996, p. 23).

Imagem 04 - Mariz em campanha para a prefeitura de Sousa – 1962.



Fonte: LISBOA, 2006, p. 446.

Imagem 05 - Antônio Mariz assina o termo de posse na prefeitura de Sousa. 1963.



Fonte: LISBOA, 2006, p. 444.

Com o golpe de 1964, Mariz, que demonstrava abertamente ser contra, chegou a ser preso pelos militares udenistas que ocuparam a cidade de Sousa. Seu mandato estava a ponto de ser caçado. No entanto, todos afirmam que acabou sendo reconduzido ao cargo devido à influência de sua família. O vice-prefeito Geraldo Sarmiento ainda chegou a ocupar a prefeitura. Mas com o retorno de Mariz, Geraldo saiu debaixo de vaias pela população, que se aglomerou para ver a volta do prefeito que começara a ficar com uma aura de herói. Segundo Girardet (1987):

(...) A partir do momento em que todo mito deste tipo ganha uma certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias. (GIRARDET, 1987, pags. 72 e 73).

Imagem 06 - Mariz reassume a prefeitura de Sousa – 13/05/1964.



Fonte: LISBOA, 2006, p. 443.

E foi assim que Mariz começou a se destacar na política sousense e paraibana, como um misto de mudança embasada pela força do parentesco na política, pois sendo visto como um político diferente, devido aos detalhes da sua gestão, era considerado, também, pela influencia do parentesco.

Quando da sua candidatura ao cargo de Prefeito, seu programa de governo foi impresso em uma gráfica da cidade e distribuído ao povo, tendo como destaque sua preocupação com a população mais pobre da zona urbana e rural. Na sua administração, Mariz fez com que as escolas primárias municipais saltassem de 132 para 330, com lotação máxima de 30 alunos por professor. Também cuidou para que, no campo, a distância entre uma escola e outra fosse de no máximo um quilômetro e meio. Concedeu um aumento real de cem por cento ao pagamento dos servidores municipais. Fundou novos postos médicos e de assistência dentária, fornecia medicamento a preço de custo, fez parques infantis nas sedes do município e distritais, e forneceu a preço de custo ferramentas necessárias ao homem do campo. Todas essas ações eram vistas como inovadoras, frente à política dita “tradicional” ou “coronelística”, não tendo nada parecido na cidade nos últimos 33 anos, enquanto Sousa tinha sido governada pela família Gadelha. Sem sombra de dúvidas, esses feitos alavancaram a sua carreira política de maneira ímpar. Até sua declaração de bens, antes e depois que entrou na

prefeitura de Sousa, foi mostrada ao público. O único item que havia a mais era um automóvel Fusca modelo 67. (Araújo, 1996).

Imagem 07 - Inauguração das instalações do gabinete odontológico municipal.



Fonte: MATTOS, 2005, pag. 35.

Imagem 08 - Inauguração das instalações do posto de revenda de material agrícola.



Fonte: MATTOS, 2005, pag. 24.

Outro fato que contou muito a favor de sua imagem foram as prestações de contas e os panfletos com seu plano de governo. Em décadas de administração pública,

a família Gadelha parecia acomodada numa posição que nunca fora seriamente ameaçada. Nunca se preocuparam com algo assim. Saíam e entravam do poder sem prestar contas com o público. Mariz atingiu um alvo e tanto neste aspecto. Obviamente não haveria como ninguém saber de sua situação financeira após a gestão, ou mesmo se seu plano de governo fora totalmente completo. Para o povo este comportamento era algo novo, uma espécie de respeito e atenção que aparentemente jamais lhe fora dado. (Araújo, 1996).

Sobre o ponto de vista da população naquele momento, certamente Mariz seria um político senão melhor que os outros já conhecidos, ao menos, diferente.

Seu mandato foi prorrogado até Janeiro de 1969, quando ele deixou a prefeitura para logo após assumir a Secretaria de Educação e Cultura do governo de João Agripino. Uma vez no cargo de Secretário de Educação, fundou várias universidades pela Paraíba. As cidades de Patos, Cajazeiras e Guarabira foram as escolhidas. Sobre seu tempo nessa secretaria Fátima Araújo comenta:

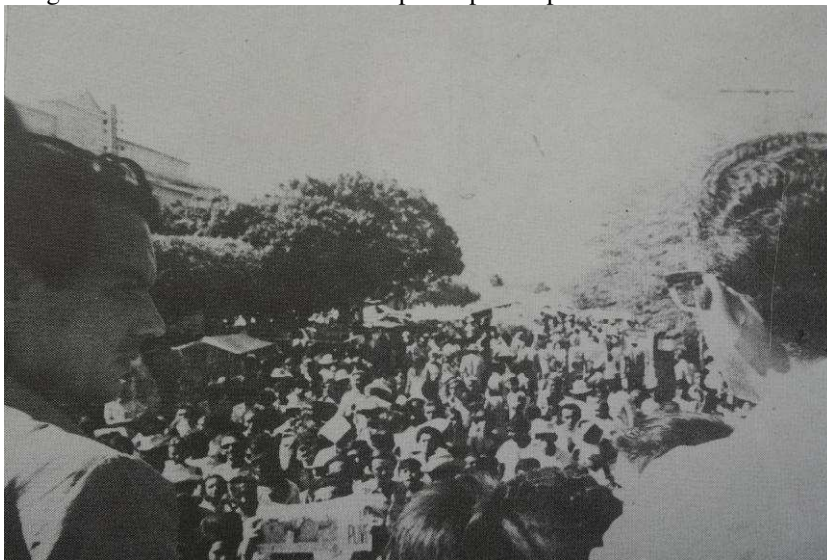
Com seu brilhante desempenho na pasta de Educação e Cultura do governo João Agripino, Antônio Mariz consolidou suas relações políticas com o primo e amigo governador, ingressando (...) no partido da ARENA – Aliança Renovadora Nacional. (ARAÚJO, 1996, p. 29)

Essa postura demonstra como as vinculações partidárias eram frágeis naquele momento, pois, Mariz, considerado até bem pouco tempo um comunista, acaba se vinculando a ARENA, partido que era tido como de direita e conservador. Contudo, sobre isso Inaldo Leitão comenta que “(...) Mesmo pertencendo à ARENA no período mais obscuro da história do Brasil, jamais se afastou de princípios nos quais acreditava e defendia.” (LISBOA, 2006, p. 15). Portanto, independente da coligação partidária, e mesmo atuando num cenário considerado pelos estudiosos do poder local como um cenário cujos jogos de poderes continuavam pautados em relações personalistas e clientelísticas, Mariz instituiu uma postura politizada e uma demonstração de sua popularidade se dá logo após deixar a secretaria de Educação, quando torna-se deputado federal com 59.434 votos, segundo dados do TER, nas eleições de 1970.

Durante a década de 1970, Mariz continua a bater de frente com o governo militar, defendendo, por exemplo, a abertura de uma CPI para apurar os crimes ocorridos nos porões da ditadura. Também pediu a extinção do Decreto-Lei 477, que permitia ao Estado expulsar das universidades os estudantes considerados subversivos. Estas ações lhe deram base para ser reeleito deputado em 1974, com 55.068 votos. No

segundo mandato como deputado duplicou seus discursos a favor do cumprimento dos direitos humanos. Em 1978, é reeleito pela terceira vez como deputado com 77.274 votos pela ARENA, depois de perder as eleições para governador nas eleições indiretas do referido partido para Burity, sendo candidato ao cargo de governador, apenas no ano de 1982, contra Wilson Braga. (Araújo, 1996).

Imagem 09 - Discurso durante a campanha para deputado em 1972.



Fonte: MATTOS, 2000, pag. 35.

Após perder as eleições de governador para Wilson Braga em 1982, Mariz ficou até 1986 sem mandato algum. Porém, nas eleições de 1986 candidatou-se a deputado federal e foi eleito pela quarta vez com 106.591 votos. Nas eleições seguintes, em 1990, foi eleito senador pela coligação PMDB/PSDB/PST, com 490.376 votos. Como senador, destacou-se nacionalmente em 1992, durante o *Impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, do qual foi Relator. Finalmente, em 1994, se candidatou e venceu a eleição para o governo do Estado da Paraíba, como veremos adiante. (Araújo, 1996).

Capítulo 2: Contextualização sobre os partidos políticos no Brasil e na Paraíba na década de 1990.

A trajetória política de Mariz, bem como o que foi escrito pelos estudiosos a seu respeito nos leva a problematizar a eleição para governador em 1994 e a morte prematura, destinando a esse momento político uma análise mais sistemática.

Focando nos anos de 1990, é importante lembrar que, pelo menos nas eleições para o governo da Paraíba em 1994, as coligações formadas entre os partidos não eram tão dissonantes. A Frente Paraibana (FP), da qual Mariz fazia parte, por exemplo, uniu sete partidos que tinham pensamentos mais alinhados com a base ideológica no Progresso e na Democracia. A coligação de sua adversária Lúcia Braga, a União das Oposições Paraibanas (UOP), reuniu partidos que tinham como palavras de ordem: Liberal e Renovação. Já a Frente Paraíba Popular (FPP) de Avenzuar Arruda, trazia os partidos de linha socialista ou comunista. Mas, se no início dos anos 1990 parecia existir certa coerência ideológica, o que parecia contar de fato eram as coligações políticas entre as famílias que, se deslocavam entre os partidos sazonalmente, de acordo com os interesses momentâneos. Exemplo disto é que quando da candidatura de Mariz para governador em 1994, uma pequena parte da família Gadelha, a exemplo de Marcondes Gadelha, acabou por apoiá-lo no segundo turno das eleições, enquanto que a maior parte do grupo Gadelha se opôs a essa atitude, o que levou os analistas da campanha a afirmarem que as ações dos grupos políticos denunciavam o seu tradicionalismo, fazendo parecer que ainda havia os coronéis, os clientes e a massa de manobra; a roupagem é que havia mudado, uma vez que, apesar das coligações e dos partidos, o que atraía a atenção da população realmente eram as famílias, os nomes, as grandes personalidades políticas. E, ao que parece, foi isso que contou na eleição de Mariz.

Ronaldo Cunha Lima² foi uma dessas personalidades. Formado em direito, já havia sido vereador e prefeito em Campina Grande, deputado estadual, e governador do Estado de 1991 a 1994, justamente antecedendo Mariz, a quem apoiou. Era conhecido

² RONALDO CUNHA LIMA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.

como poeta, e bastante popular na cidade que o adotou: Campina Grande. Um grande reduto eleitoral.

Outro grande nome que apoiou Mariz foi Humberto Lucena³. Já havia sido deputado estadual e federal, senador, e na época era Presidente do Senado Federal. Além de sua influência, contava com grande carisma e o prestígio político de sua família em João Pessoa.

Já entre os grandes nomes que se opuseram fortemente a Mariz podemos citar, além da maioria da família Gadelha, o casal Braga, cujo velho adversário, Wilson Braga⁴, já o havia derrotado na campanha para o governo do estado em 1982. Além destes, toda a carga de correligionários que os acompanhava.

No que diz respeito aos Braga, durante sua vida política Wilson Braga⁴ foi filiado a nada menos que sete partidos diferentes. Entretanto seu maior destaque foi enquanto governador no período de 1983 a 1986, em que realizou um governo muito focado no combate à seca, construindo vários açudes e barragens no famoso “Projeto Canaã”. Renunciou em 1986 junto com seu vice, para concorrer a uma vaga no Senado, deixando prematuramente o governo. Depois dessa época, não emplacou maiores vitórias, tendo perdido posteriormente as eleições para senador para Humberto Lucena e Raimundo Lira, enquanto que nas eleições para o governo em 1990 foi derrotado por Ronaldo Cunha Lima. Talvez por isso, em 1994 tenha se resguardado e colocado sua esposa Lúcia como concorrente.

Lúcia Braga entrou para a história da Paraíba como a primeira mulher no Estado eleita a deputada federal, compondo, assim, a bancada feminina. Também participou da Assembleia Constituinte em 1988 e do *impeachment* do então presidente Collor em 1992. Foi a principal adversária de Mariz nas eleições de 1994. No entanto, não conseguiu derrotá-lo, pois, naquele momento os Braga não tinham tanta força no embate político, apesar das ligações, enquanto Mariz, pelas alianças e configurações de campanha em 1994, vinha construindo uma imagem que se encaixava no tipo de político considerado como “o salvador”, algo mítico e ao mesmo tempo heróico:

³ HUMBERTO LUCENA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.

⁴ WILSON BRAGA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.

⁵ LÚCIA BRAGA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.

É na manifestação de seu presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças à ele, o “depois” não será mais como o “antes”. Associados à expressão de sua lenda são sempre, aliás, as mesmas imagens, os mesmos símbolos que encontramos. (GIRARDET, 1987, pags. 80 e 81).

E foi, nestes termos, como político propositivo, transformador e de grande prestígio popular que Mariz, foi se configurando enquanto ícone mítico da política naquele momento histórico, como veremos a seguir.

2.1 - Correlações de forças na eleição de Mariz como governador da Paraíba em 1994.

Durante as eleições de 1994 foram formadas quatro grandes coligações¹ partidárias envolvendo os partidos de maiores relevância. A primeira coligação era a Frente Paraíba (FP), formada pelos partidos de relevância na época, PMDB, PPS, PSDB, PRP, PSD, PP, PSC que, curiosamente, trazia dois candidatos ao governo da Paraíba. O primeiro era Antônio Mariz pelo PMDB e tinha como vice José Maranhão, o segundo era Francisco Evangelista do PPR cujo vice era Salomão Gadelha. Chama-nos a atenção o fato de que as famílias Mariz e Gadelha eram originárias do sertão e, estando em oposição numa mesma coligação, poderiam ter a vitória minada pela divisão na região.

Mas, como vimos anteriormente, grandes nomes da política paraibana apoiaram a candidatura de Mariz, tais como: Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena, ambos os candidatos ao senado pela mesma coligação. Mariz ainda contou com o apoio de candidatos de renome nacional² durante o 2º turno das eleições: Luiza Erundina do PT de São Paulo, Miguel Arraes do PSB de Pernambuco e Iris Resende do PMDB de Goiás. Também Jaime Lerner do PDT do Paraná foi a João Pessoa durante a campanha prestar seu apoio; e, por fim, Mariz recebeu uma carta de apoio de Benedita da Silva do PT do Rio de Janeiro. Esses nomes certamente deram maior peso ao candidato paraibano que conseguiu levar sua candidatura ao segundo turno, tendo como opositora Lúcia Braga.

Imagem 10 – (1994) Da esquerda para a direita: Ruth Lucena, Humberto Lucena, Antônio Mariz, Ronaldo Cunha Lima e José Maranhão.



Fonte: LISBOA, 2006, p. 447.

A segunda coligação, da candidata Lúcia Braga, cujo vice era Evaldo Gonçalves, foi a União das Oposições Paraibanas (UOP), formada pelos partidos, PFL, PDT, PRN, PTB e PL. Os candidatos ao senado por essa coligação, Raimundo Lira e João Agripino, fizeram oposição forte à Mariz.

A terceira coligação foi a Frente Paraíba Popular (FPP), que apoiou a candidatura de Avenzoar Arruda, do PT, e seu vice Antonio Cariri. Estes candidatos foram apoiados por nomes como Joaquim Neto e Francisca Zenaide e contavam com os partidos, PT, PSB, PC do B, PV e PSTU.

E, Por fim, havia o Partido da Mobilização Nacional (PMN), totalmente independente lançando Djacy Lima como candidato ao governo e seu vice Paulo Celso do Valle Filho. Apoiados por João Bosco Melo e João Nunes de Castro, candidatos a senadores que ficaram em última posição (2,46% e 2,38% dos votos respectivamente).

Segundo Melo (1996), o primeiro turno foi morno, pois “O eleitorado estava tão sem apetite para votar, que a abstenção foi uma das maiores da história: 22,59%. Pelo que dizem os resultados do TRE, até parece que o eleitorado não queria nem Mariz, nem Lúcia.” (MELO, 1996, p. 1). Porém, “A diferença favorável a Mariz foi de 223.362 votos.” (MELO, 1996, p. 1).

Além disso, assim como toda eleição, tiveram os famosos escândalos e boatos. Tanto de um lado como de outro. No caso de Lúcia Braga “um fato novo na campanha contribuiu para o aumento considerável na diferença de Mariz para Lúcia: o escândalo dos carros roubados, patrocinado pelo aliado da candidata, Gesner Caetano.” (MELO, 1996, p. 1). Isso ocorreu durante o primeiro turno das eleições, enquanto que no segundo turno, os boatos envolviam os “sumiços” de Mariz durante suas ausências para

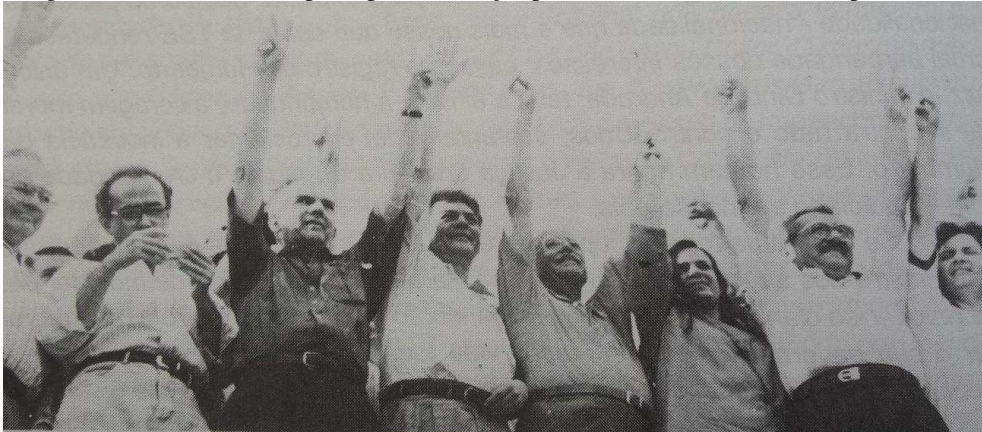
as seções de quimioterapia. Os adversários espalhavam o boato da morte de Mariz, mas, por fim, Mariz venceu as eleições com uma boa vantagem sobre sua adversária Lúcia Braga.

Imagem 11 - O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cumprimenta o governador da Paraíba, Antônio Mariz -1995.



Fonte: LISBOA, 2006, p. 447.

Imagem 12 - Mariz, com as principais lideranças peemedebistas, durante a campanha de 1994.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.194.

Partindo da idéia de que a política paraibana ainda funcionava de acordo com as formações oligárquicas e que as relações de poder deviam ser consideradas apenas no confronto entre as duas principais forças em embate, Melo (1996) afirma que a derrota de Lúcia Braga frente à candidatura de Mariz, no segundo turno das eleições pra governador do Estado em 1994, deu-se devido aos desgastes na imagem da família Braga que, conseqüentemente, teriam atrapalhado a imagem de Lúcia Braga: “Naquela

eleição, o braguismo já estava muito desgastado por conta do envolvimento do ex-governador Wilson Braga na morte do empresário Paulo Brandão, em 1984, e dos sucessivos escândalos que foram praticados no seu primeiro governo.” (MELO, 1996, p. 1). Para Melo, essa foi a razão pela qual “Braga colocou a mulher, Lúcia Braga (PDT) para ser candidata contra Antônio Mariz (PMDB).” (MELO, 1996, p. 1), sem, no entanto, consolidar a sua eleição.

Segundo (ARAÚJO, 1996), a campanha eleitoral para governador da Paraíba nas eleições de 1994 não foi nada fácil para Mariz. Um câncer de cólon já o acometera em 1992, mas voltou dois anos depois, dessa vez, de maneira fatal. Durante a campanha, médicos o acompanhavam caso ele se sentisse mal, chegando até a fazer quimioterapia no meio do caminho. Inaldo Leitão relata sobre essa época que: “À medida que a campanha avançava, o estado de saúde de Mariz se agravava.” (LISBOA, 2006, p. 24).

Quando Mariz iniciava uma sessão de quimioterapia precisava de repouso e tinha que parar um pouco as andanças. Então os adversários espalhavam o boato de que Mariz havia morrido em plena campanha:

Os adversários aproveitavam o ensejo para espalhar boatos macabros. “Mariz morreu”, bradaram em diversos momentos da campanha. Certa vez fui falar com Mariz sobre essa falsa notícia, que se propagou intensamente numa de suas ausências do estado. “Contra esses boatos nada posso fazer, a não ser continuar vivo.” E continuou. Até o fim. (LISBOA, 2006, p. 24).

Contudo, Mariz conseguiu vencer nas urnas. Não uma vitória esmagadora, mas tão pouco uma vitória tímida. Foram 525.396 votos contra 489.066 de Lúcia Braga no primeiro turno. No segundo turno temos 781.349 votos para Mariz contra 558.987 de Lúcia Braga. Em síntese:

Imagem 13: Resultado final do estado da Paraíba - 1º turno

Atualizado em 1.5.1999			
Candidato	Partido	Votação	Válidos
151 ANTONIO MARQUES DA SILVA MARIZ	PMDB	525.396	46,59%
121 ANTONIA LUCIA NAVARRO BRAGA	PDT	489.066	43,37%
131 JOSE AVENZOAR ARRUDA DAS NEVES	PT	73.989	6,56%
111 FRANCISCO EVANGELISTA DE FREITAS	PPR	24.541	2,18%
331 DJACY LIMA DE OLIVEIRA	PMN	14.611	1,30%

Total de votos apurados:	1.619.649	(77,44% de 2.091.506 eleitores)
Total de votos brancos:	357.027	(22,04% de 1.619.649 votos apurados)
Total de votos nulos:	135.019	(8,34% de 1.619.649 votos apurados)
Total de votos válidos:	1.127.603	(69,62% de 1.619.649 votos apurados)
Abstenção e votos não totalizados:	471.857	(22,56% de 2.091.506 eleitores)

Fonte: tse.jus.br

Portanto, apesar do cansaço e do desgaste que a doença e uma maratona política lhe impunham, Mariz conseguiu vencer o pleito e tornar-se governador, na eleição de 1994, assumindo em Janeiro de 1995, em substituição à Cícero Lucena e iniciando um governo que durou apenas 8 meses⁶.

Imagem 14 - Mariz recebe o diploma de governador no TER da Paraíba - 1994



Fonte: LISBOA, 2006, p. 446.

Contudo, durante os 8 meses em que exerceu o poder, Mariz conseguiu manter a sua imagem de político inovador e ideal para o momento em curso, tendo sido considerado na mídia como governo da solidariedade, de acordo com seu slogan de campanha. Daí a nossa problematização de como, na historiografia, nos estudos

⁶ Embora Mariz contasse permanecer no governo tempo suficiente para concretizar o que fosse possível. A gravidade da doença não permitiu que a sua existência se estendesse pelo tempo que teria para governar, pois o câncer havia se espalhado para os pulmões, vindo a falecer em 16 de setembro de 1995, um sábado, às 18h45min. Seu corpo foi velado no salão nobre do Palácio da Redenção.

sociológicos e de cronistas regionais, o homem Antônio Mariz assumiu proporções de mito político, sobretudo após a sua morte. O que será analisado a seguir.

2.2- Implicações político-administrativas no governo de Mariz.

Segundo Araújo (1996), Mariz tomou posse do governo do estado no dia 1º de Janeiro de 1995. Preferiu não fazer nenhum tipo de festividade, havendo apenas uma missa de ação de graças. Uma vez empossado pela assembleia legislativa seguiu a pé para o Palácio da Redenção, acompanhado de seu vice, José Maranhão, o ex-governador Cícero Lucena, e mais uma comitiva de pessoas influentes da sua coligação partidária.

Imagem 15 - O governador Cícero Lucena transmite o cargo a Mariz, que tem a seu lado a esposa, Mabel – 01/01/1995.



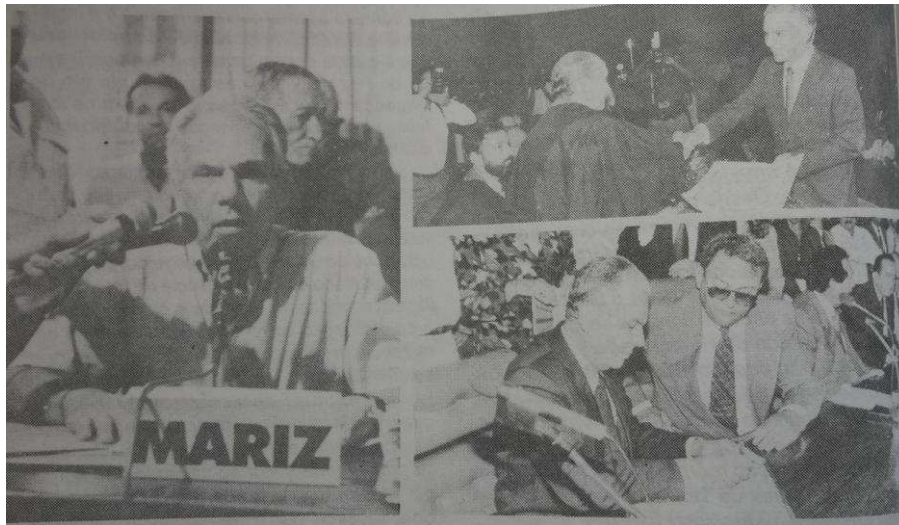
Fonte: LISBOA, 2006, p. 445.

No Palácio, definiu que: “Sua principal meta de governo era a geração de emprego e renda. Desejava priorizar áreas como a saúde, a educação, a agricultura e a assistência social (...)” (ARAÚJO, 1996, p. 51). Deparou-se, porém com uma dura realidade:

Ao assumir o governo, Mariz encontrou um quadro desolador de mortalidade infantil, regiões devastadas pela seca, fraudes no campo da saúde, funcionários públicos municipais e estaduais ganhando salários irrisórios, crimes hediondos envergonhando o Estado e fazendo subir a taxa de criminalidade. (ARAÚJO, 1996, p. 51)

Um dos primeiros atos a ser colocado em prática foi a criação da *Comissão Tripartite e Partidária de Emprego*, destinado a criar emprego e renda para os mais pobres, começando a dar aos trabalhadores cursos de capacitação e financiando os microprodutores. O projeto *Feira Meio de Vida* incentivava o artesanato. Aqueles que trabalhavam com madeira, couro, metal, tecidos, etc., tinham agora incentivo para que seus produtos chegassem aos consumidores. Firmou um convênio com a Arquidiocese da Paraíba para que crianças e mulheres carentes recebessem pão e leite. Coloca em funcionamento o programa *Casas Lares*, onde crianças carentes conviveriam e receberiam trabalho educacional com mães sociais. Conseguiu verba para a construção do canal Coremas/Mãe D'água e o açude de São Gonçalo em Sousa, e realizou outras obras contra a seca na zona rural de Sousa, entre outros projetos voltados para a agricultura em vários municípios menores. Desse modo, os primeiros cem dias de governo foram elogiados até por seus adversários. (Araújo, 1996)

Imagem 16 - Três momentos importantes: Em debate na Associação Paraibana de Imprensa, recebendo o diploma de governador eleito e tomando posse do cargo na Assembleia Legislativa – 01/01/1995.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.48.

Mas, como exposto anteriormente, a doença não o deixaria muito tempo no governo. Já em quadro de metástase, Mariz se afastou duas vezes para tratar-se, primeiro em São Paulo, depois em Brasília, deixando o vice José Maranhão no seu lugar. Retornou em Agosto, e decidiu continuar o tratamento em João Pessoa. Com o seu falecimento, o povo paraibano ficou em estado de tristeza e consternação, pois embora já se soubesse da gravidade da doença, o fato de sabê-lo não amenizou a dor. Além disso, assim como na morte do governador João Pessoa em 1930, Mariz foi

Sepultado com todas as honras de Chefe de Estado, o corpo do governador recebeu ainda o toque da Marcha Fúnebre, executado pela Banda da Polícia Militar, seguindo-se uma salva de tiros disparados pelo Batalhão da Guarda Fúnebre. Houve ainda o ecoar de cantos líricos na voz de Ana Gouveia e hinos de religiosidade como a “Oração de São Francisco de Assis”, como também muitas lágrimas e homenagens de todos os segmentos sociais, a exemplo dos ciganos de Sousa – que vieram ver o seu ídolo pela última vez -, os sertanejos, os humildes. (ARAÚJO, 1996, p. 62).

Terminou assim, de maneira prematura, o governo de Antônio Mariz. Mas, muito do que seu vice José Maranhão fez em seguida fora deixado pronto e planejado. Para Araújo (1996), ficaria agora seu legado de honestidade e coerência política que foi sua marca em vida. E foi com base nesses enunciados que Mariz passou a ser considerado como ícone da política paraibana e tido como um mito pelos seus biógrafos, analistas e o público em geral.

CAPÍTULO 3: ANTONIO MARIZ: O MITO

3.1-Os impactos causados à sociedade paraibana a partir da morte de Mariz.

Para ter uma ideia do impacto que a morte de Antônio Mariz causou nas pessoas, pode-se observar que a representação de Mariz como um mito foi alimentada fortemente pela mídia. Num primeiro momento quando Mariz estava vivo e atuante; num segundo momento, após sua morte. (MOURA, 1995). Neste sentido, pode-se considerar o fato de que logo após sua morte, a Rádio Tabajara transmitiu em cadeia espontânea um verdadeiro *show*, que foi impulsionado pela emoção dos próprios espectadores. Além disso, ainda no exato dia de seu falecimento, um verdadeiro *pool* de notícias foi feito entre 40 emissoras de rádio da Paraíba.

Participaram da transmissão as seguintes rádios: Sanhauá AM (Bayeux), Tambaú FM (Santa Rita), Líder FM (Santa Rita), Liberdade FM (Santa Rita), Potiguara AM (Mamanguape), Cultura AM (Guarabira), Rural AM (Guarabira), Constelação FM (Guarabira), Serrana AM (Araruna), Integração do Brejo AM (Bananeiras), Bruxaxá AM (Areia), Cidade AM (Esperança), Caturité AM (Campina Grande), Borborema AM (Campina Grande), Campina Grande FM (Campina Grande), Rádio Sociedade AM (Campina Grande), Cenecista AM (Picutí), Cidade FM (Sumé), Serra branca FM (Serra Branca), Independente FM (Serra Branca), Princesa AM (Princesa Isabel), Independência AM (Catolé do Rocha), Espiranhas AM (Patos), Panati FM (Patos), Bomsucesso AM (Pombal), Maringá AM (Pombal), Liberdade FM (Pombal), Progresso AM (Sousa), Jornal AM (Sousa), Líder FM (Sousa), Sousa FM (Sousa), Alto Piranhas AM (Cajazeiras), Difusora AM (Cajazeiras), Patamuté FM (Cajazeiras), Difusora Norte Publicidade (Cajazeiras), Cidade FM (Piancó) e Educadora AM (Conceição). (MOURA, 1995, s/p).

Em sua obra, Moura (1995, p. 7) apresenta a transcrição de toda a transmissão no dia em que ocorreu o falecimento. “Organizamos o esquema da cobertura no dia anterior, com um princípio básico: seríamos os olhos e os ouvidos do povo, registrando com fidelidade o fato histórico.”. Esta obra escrita, originada da transmissão em áudio mostra de maneira concisa a comoção do momento: “O velório no Palácio da Redenção e o sepultamento no Cemitério Senhor da Boa Sentença, foram marcantes, pela

simplicidade e pela presença popular. Definitivamente, Mariz é uma legenda.” (Moura, 1995, p. 7).

Na opinião de Araújo (1996), o povo em geral não teve a chance de ser ouvido sobre a perda de seu Governador. Apesar da comoção e do choro já falarem bastante, qualquer opinião que eles tivessem a dar ficaria sem lugar. No entanto, houve vários depoimentos de inúmeras pessoas ligadas à imprensa ou que publicavam crônicas em jornais. Pessoas que o conheciam, profundamente ou não. Alguns com passagens bastante emocionadas que tentavam descrever a personalidade de Antônio Mariz. Esses textos saíram em vários jornais paraibanos logo após a morte do governador. Os autores não são figuras políticas, nem são grandes personalidades da mídia, são cronistas simples, gente comum que conhecia Mariz não das campanhas, mas do tempo em que este passava em descanso ou férias na cidade de Sousa e João Pessoa. Portanto é de certa forma, uma parte da voz popular a se ouvir, podendo inclusive servir como fonte histórica para outras pesquisas sobre esta temática.

Imagem 17 - A última entrevista coletiva na Granja Santana, em 21/08/1995.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.72.

Selecionamos aqui as passagens mais marcantes desses textos retirados do livro de Araújo (1996). Nelson Coelho escreveu “Justo honrado e digno”, publicado em 17/09/95 no jornal A União: “Crianças, estudantes, operários, profissionais liberais, donas de casa e o povo em geral, constataam uma dura realidade. Mariz se foi, morreu. Acabou o sofrimento. Começa a história.” (ARAÚJO, 1996, p.77); José Octávio em “Radicalismo do dever” publicado no jornal Correio da Paraíba em 17/09/95: “O que chamava a atenção em Antônio Mariz era, pela austeridade, coerência e firmeza de convicções, sua identificação com a classe média.” (ARAÚJO, 1996, p.77); João

Manoel de Carvalho em “Mariz: difícil reviver” publicado em 17/09/95 no jornal O Norte:

Dois pontos essenciais distinguiram Antônio Mariz dos demais políticos. Duas virtudes hoje difíceis de serem encontradas, exatamente numa fase em que a atividade política avilta e degrada as pessoas muito mais que as credencia. As marcas principais da vida de Mariz foram a elevada conceituação moral e um reformismo social congênito resultante de um sentimento profundo de humanidade que tomava conta de seu espírito e transformou sua ação política num instrumento permanente de defesa da dignidade da pessoa humana. (ARAÚJO, 1996, p.80).

Paulo Santos publicou “À memória de Mariz” em 17/09/95 no jornal A União:

Não existe beneplácito com a morte quando ela interrompe esperanças, sepulta seriedade, faz desaparecer um instrumento de honestidade ou um protagonista da tenacidade. A lembrança de Mariz permanecerá como um dos muitos orgulhos da Paraíba. (ARAÚJO, 1996, p.89).

Helder Moura escreveu “Seguir em frente” publicado no dia 17/09/95 no jornal Correio da Paraíba: “A hora é de tristeza, mas não de desalento. Mariz sempre sonhou com uma Paraíba mais feliz. Com menos desigualdades sociais, com menos miséria, menos fome.” (ARAÚJO, 1996, p.77); José Nêumane escreveu “Viciado em coerência”, publicado em 18/09/95 no jornal O Norte:

Agora, sinto sua falta. Como paraibano, porque, infelizmente, aqui faltam líderes do seu escopo e precisamos deste tipo de homem público para salvar o Estado da bancarrota anunciada. Como brasileiro, porque o país precisa de viciados em coerência como ele, nesta quadra, em que a democracia se avacalha na disputa chinfrim pela satisfação fisiológica, sempre rejeitada com asco pelo asceta Antônio Mariz, um socialista de nome semifeudal, um político decente numa profissão de bandalhos, um guerrilheiro do interesse público, numa guerra em que normalmente se sacia o interesse particular com o recurso público. (ARAÚJO, 1996, p.96).

Inúmeros outros depoimentos poderiam ser citados, mas esta é apenas uma pequena amostra de como ficaram abalados tanto o povo, como a imprensa, e os companheiros políticos. Para o povo a perda foi considerada enorme. Sobretudo pelos projetos que Mariz tinha em mente e que não conseguiu por realmente em prática, embora tenha deixado muitos deles prontos para seu sucessor.

Para Lisboa (2006), quem também sofreu grande impacto com a sua perda foram, sem dúvida, aqueles que gozavam de sua amizade pessoal. É o caso, por exemplo, do deputado Inaldo Leitão, que conheceu Mariz em 1963, quando este era prefeito de Sousa e aquele um simples adolescente. Na obra de Lisboa (2006), Inaldo Leitão conta na introdução sua impressão sobre o amigo:

Um político singular. Foi assim que sempre vi Antonio Mariz. (...) Mariz era um homem de ideais e princípios. Conservou-os ferrenhamente em vida e com eles partiu. (...) Os cargos que exerceu jamais lhe tiraram a simplicidade nem lhe fizeram distante dos velhos amigos – dos graduados aos mais humildes. Mariz era tão tolerante com as pessoas simples quanto intolerante com a arrogância dos que se supunham poderosos. (...) Não praticava bravatas e detestava exibicionismo. A coragem era uma de suas marcas. Coragem serena, sem arroubos, diga-se. (LISBOA, 2006, p. 11)

Enfim, com a ajuda da mídia da época, da propaganda boca-a-boca, a história de Antônio Mariz foi espalhada e transformada nesse processo, embora não se encontre nem mesmo nos depoimentos de seus opositores, relatos de desonestidade, ataques pessoais, desavença ou perseguição política. Seja daqueles que eram seus aliados, seja de seus adversários, é sempre lembrado como alguém singular, justo e solidário. Dessa forma, seu desaparecimento foi mais um dos fatores que justifiquem sua mistificação na população paraibana de maneira geral, como veremos a seguir.

3.2- Representações sociais de Antônio Mariz como “homem público”.

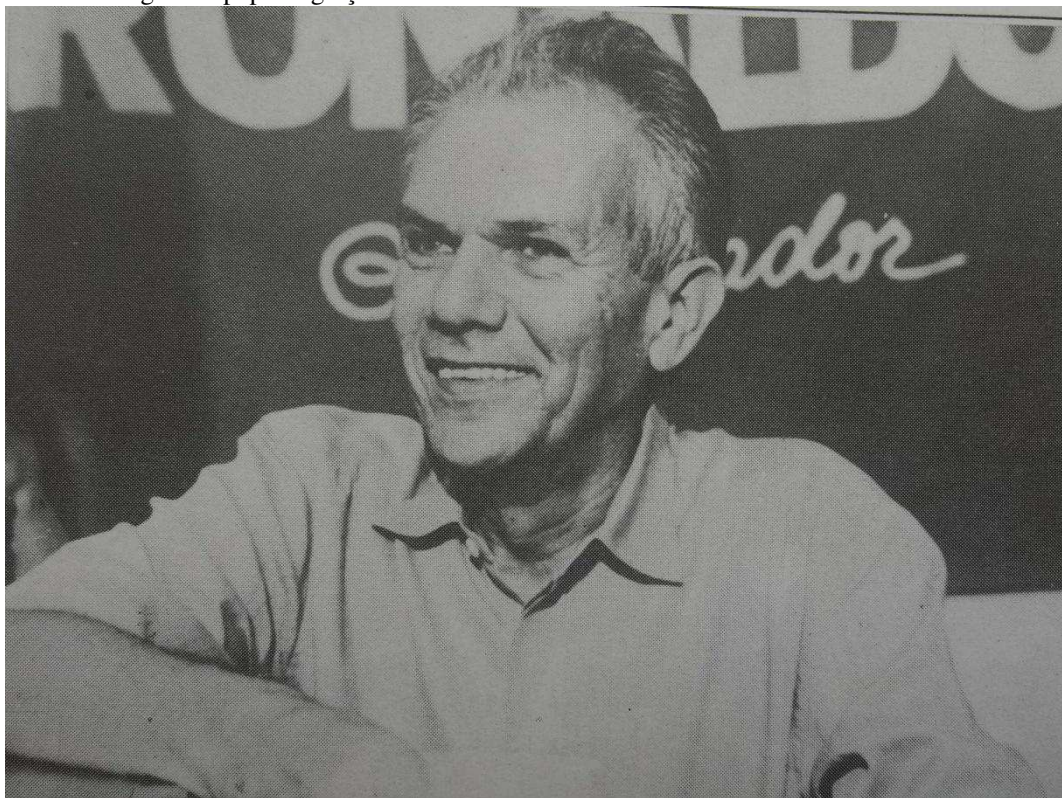
Para Matos e Araújo, biógrafos de Antônio Mariz, a imagem deste sempre foi pensada e carregada de grandeza. Para o cidadão de instrução mediana ou com pouquíssima instrução, bastava ver Mariz ao longe, discursando num comício ou sendo levado nos braços do povo numa passeata, para imaginar que ali estava um grande homem. A construção de uma figura diferente da original começa a se formar ajudada pelo relato das pessoas que passaram mais tempo ao lado dele, e falam de proezas de comportamento que dificilmente se vê na maioria dos políticos. Por exemplo, na obra de Matos (2000), o ex-deputado Cláudio de Paiva Leite apresenta esta opinião sobre Mariz logo na apresentação do livro: “Como seria melhor, mais justo, mais em tudo, se tivesse o nosso país muitos homens públicos da estirpe do inesquecível Mariz.” (MATTOS, 2000, pag. 5).

Não satisfeito, continua: “Mariz, no governo do Estado, foi um enigma, foi um mártir, foi tudo, pois não transigia nos cumprimentos dos compromissos de campanha.” (MATTOS, 2000, pag. 6).

A maioria das pessoas que elogiam Mariz jamais gozaram de sua presença ou intimidade. Esse nível de admiração e elogios mostra uma imagem meio que fantástica que foi elaborada de Mariz. Outro trecho, ainda de Paiva Leite, termina por fechar uma figura mítica do amigo: “*Mariz era um homem puro*” (MATTOS, 2000, pag. 9).

Essas passagens, repetidas por outras pessoas que tinham muita convivência com Mariz, independente do nível social ou intelectual, acabaram ajudando a formar uma espécie de “mito” em torno do “homem”. Como é dito por Bezerra, Lima (2004), é a construção de uma ideia de origem popular que constrói a imagem mitológica de Mariz. “(...) mito político não é simplesmente um fenômeno, uma pessoa, um partido ou uma ideia, mas sim a representação que se faz de determinados fenômenos, pessoas ou ideias”. (BEZERRA, LIMA, 2004, p. 2).

Imagem 18 - Durante a campanha para governador. Esta imagem de um homem ainda forte, sorridente, ficou no imaginário popular graças à mídia.



Fonte: MATTOS, 2000, pag. 38.

Ao considerarmos que, “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002, p. 22,) podemos afirmar, pelos enunciados expostos acima, que, trechos como esse demonstram bem como ficaria gravado na memória popular ainda mais a imagem do governador que se fora. Isso pode ser considerado como uma espécie de acumulação da matéria-prima para a formação de uma representação no imaginário das pessoas.

Trata-se de um acúmulo de material simbólico, no qual a imagem prevalece como a face do encantamento, como o cerne do “novo”, veículo de exposição dos candidatos. Existe o acúmulo do capital político tradicional e este foi e é relevante, porém, a visibilidade pública e midiática destaca-se a partir do capital simbólico. (BEZERRA, LIMA, p. 4).

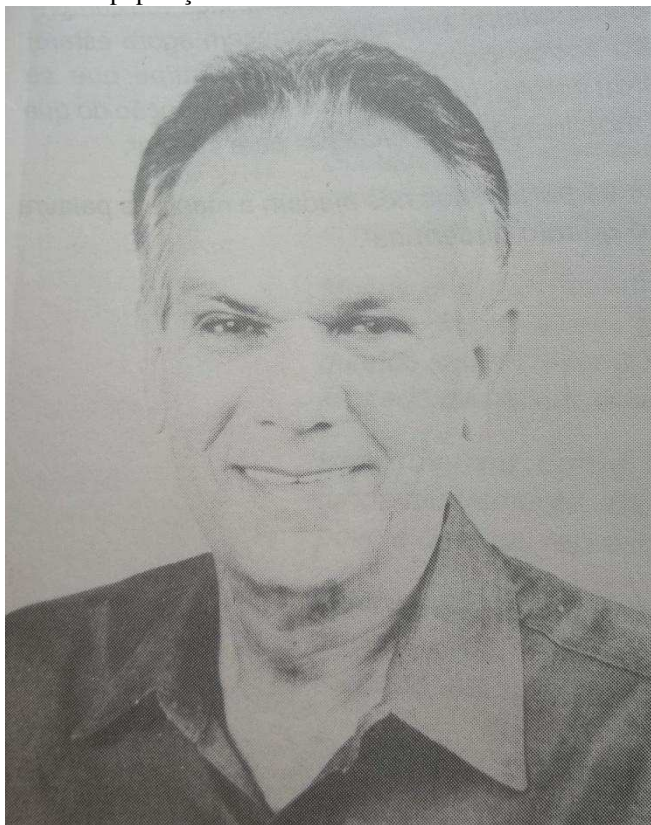
É como se a morte ampliasse o poder do mito. E com declarações como estas: “(...) Mariz é para o povo da Paraíba o que o Rei Dom Sebastião é para o povo de Portugal” (Moura, 1995, p. 8), então não ficam muitas dúvidas.

Para Bezerra e Lima, o *pool* de emissoras foi o ápice que ajudou a alimentar o imaginário popular neste sentido. Não é apenas pelo fato do cidadão comum ter pouca ou nenhuma instrução. Deve-se levar em conta uma época em que não havia *internet*, celulares, *tablets*, ou qualquer outro *gadget* digital. A notícia era levada pela TV, rádio, jornais e revistas, alimentando a curiosidade: “Não se trata de perceber o cidadão eleitor como agente completamente passivo, mas carente de um conhecimento mais crítico sobre a esfera política e que tem como única fonte de informação os noticiários da grande mídia (...).” (BEZERRA, LIMA, 2004, p. 6).

Para Matos (2000), observando a vida de Antônio Mariz, podemos ter a impressão de que ele traçou um caminho, ele subiu degraus, houve uma estrada até chegar ao topo de carreira no estado da Paraíba. O homem popular parecia gostar dessa estrutura de história, talvez por identificação. Muito embora Mariz não tenha começado de baixo nem saído da pobreza. Mesmo assim, existia nele a admiração pelas dificuldades e percalços sejam de qualquer natureza. Sua prisão pela ditadura militar enquanto prefeito, sua derrota em 1982, a doença que ele enfrentou desde 1992 e que o levou a morte auxiliaram no fato de que de uma maneira ou de outra, as pessoas se identificam com Mariz, por meio do percurso do mito.

Tais personalidades geralmente apresentam uma trajetória profissional e política muitas vezes comum a qualquer cidadão, mas em um determinado momento acontece uma ascensão, uma iluminação que eleva sua saga a um patamar superior e distinto, os traços de sua personalidade se distinguem, e uma narrativa mitologizada passa a ser veiculada e repercute, causa identificação, admiração, devoção a um verdadeiro líder, sábio, coerente e capaz, mesmo que seja perseguido, reprimido ou derrotado, a saga de um herói é marcada por predestinação, a partida em busca do almejado, e apesar da perseguição, da conspiração que enfrenta, alcança o retorno com a vitória não para si, mas para seus seguidores. (BEZERRA, LIMA, 2004, ps. 6 e 7).

Imagem 19 - Uma das fotos oficiais da campanha de 1994, também foi uma forte imagem que ficou na mente da população.



Fonte: ARAÚJO, 1996, p.58.

Para Bezerra e Lima (2004), quando se constrói um mito, ainda que o personagem admirado tenha seus defeitos e falhas, isso não será ressaltado na memória das pessoas. Talvez seja totalmente negligenciado. Não tem relevância para seus admiradores.

É comum, o relato do passado e mesmo do surgimento do mito na cena política, a origem é perpassada por episódios emblemáticos, e espetaculares. Elementos como a predestinação, ou a influência espiritual ou heroica, por exemplo, são chamados a compor a narrativa. (BEZERRA, LIMA, 2004, p. 15).

A proposta mais forte do programa de governo de Antônio Mariz falava de temas como emprego e solidariedade. Mesmo que a Paraíba estivesse praticamente disputando com o Maranhão o título de estado mais miserável. Mas, isso não importava para a elaboração triunfante da imagem de Mariz. O mito parece sempre ter crédito com o povo. “É sempre uma proposta de futuro fabuloso que respalda uma argumentação em disputas políticas e justifica um programa de governo.” (BEZERRA, LIMA, 2004, p. 16).

Há que se considerar, também, o parecer daquele que foi um de seus grandes amigos em vida, Eilzo Matos. Dos vários textos que serviram de fonte para este trabalho, as obras escritas por Eilzo Matos se destacavam por algo que transparecia facilmente: a emoção. Mais do que uma minibiografia, sua obra aparenta ser uma reafirmação da amizade e da falta do amigo. Ele narra como Mariz, apesar de vir de uma família tradicional, preocupou-se em buscar erudição para basear seu caminho: “Especializou-se no estudo do Direito, acumulou conhecimentos, tornou-se um deles.” (MATTOS, 2000, pag. 13). Deixa clara sua formação ideológica: “(...) quero frisar, acentuar mesmo, como padrão basilar de sua formação intelectual o humanismo forjado no Ocidente, que assume no seu desenvolvimento, uma visão socialista universal.” (MATTOS, 2000, pag. 14).

Matos tenta mostrar que não apenas conhecia a integridade de Antônio Mariz, mas também partilhara do seu cotidiano por meio da convivência com o mesmo:

Na vida desse grande homem público brasileiro, exemplar nos padrões de julgamentos e conceitos sobre a honra, a firmeza de caráter, a coragem moral, sobressai a postura ideológica militante, a serviço dos direitos do cidadão. (MATTOS, 2000, pag. 18).

Ou seja, Mariz estaria acima de tudo e de todos, era como um Deus que estava a serviço do povo. O mesmo ainda relata que passou por grandes enfrentamentos com o velho amigo, como quando lançou sua candidatura a deputado federal e grandes nomes da política foram contra, mas Mariz permaneceu firme em seu apoio. Era esse tipo de atitude que o fazia admirado pelo grande e pelo pequeno.

(...) O seu grande mérito foi atravessar esse imenso mar de tormentas e de iniquidade, em que se transformou a vida política da Paraíba e do país, preservando a sua imagem, sem a menor mácula, conservando íntegra a sua atuação de homem público e acima de qualquer suspeita. (MATTOS, 2000, pag. 22).

Para justificar essa proeza, tanto Eilzo quanto antigos funcionários da prefeitura lembram de situações em que um aliado chegava até Mariz reclamando que funcionário “fulano” não votou nele e que por isso deveria ser demitido. Mariz respondia simplesmente: “Não está ali por indicação política, está por que sabe trabalhar naquilo que faz!” Também sabia dar a bronca quando necessário, mas sem nunca humilhar. Não fazia perseguições, nem vista grossa ao erro. Foi dessa maneira que se destacou durante

a época em que foi prefeito. (MATOS, 2000). Esse foi seu estilo durante toda a vida política.

O Antonio Mariz que conheci, despreocupado com o acúmulo de bens materiais, mas concentrado na construção para os homens uma sociedade melhor, realizando o progresso social para todos, permanece vivo na memória popular. (MATTOS, 2000, pag. 27).

A ideia que perpassa esse discurso é de que Mariz era um homem preocupado com algo mais do que o simples “poder pelo poder”. Era a construção de uma sociedade melhor que o preocupava. Por isso se destacava, por isso merecia ser lembrado, por isso foi tão impactante sua perda. Um indivíduo singular para a história da Paraíba. (MATOS, 2000).

É diante, principalmente, dessa visão póstuma; com a lembrança de todo um passado político de inovação e desprendimento, que a imagem de Mariz é repassada daí em diante, ficando assim muito difícil separar o homem do mito. Pelos discursos vistos, parece difícil até para os que conheceram o homem dissociar sua figura do pedestal em que foi colocado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura de Antônio Mariz aparece nos anos de 1960 em um cenário que acabou sendo favorável para o tipo de discurso que o mesmo usava, uma vez que nas relações de poder da política paraibana o hábito vigente eram o mandonismo e o clientelismo típicos do coronelismo. Mesmo com o passar do tempo, considera-se que alguns hábitos comuns à política dos coronéis permaneceram, dando a oportunidade de Antônio Mariz aparecer com a pregação e que seria o “novo”, seria a mudança. E apesar de não vir de uma família humilde, ou mesmo uma família que se ausentasse dos expedientes do coronelismo, Antônio Mariz defendeu a ideia de que em meio a três décadas da família Gadelha no poder, a cidade de Sousa permanecia no atraso. O sermão convenceu, e o povo acabou por elegê-lo para um mandato que se destacaria por vários anos na cidade e lhe daria destaque no resto do Estado.

A fase intermediária de sua carreira aconteceu no meio legislativo, sempre discursando contra a ditadura militar (desde a época de prefeito), e a favor dos direitos humanos, o que ajudou a manter a figura de um político ético e humanitário. Durante a década de 1970 tentou concorrer ao governo, mas não teve êxito em lançar sua candidatura. Em 1982 conseguiu concorrer para o governo do Estado, mas foi derrotado pela primeira e única vez nas urnas. Até que nas eleições estaduais de 1994, contando com uma enorme coligação e fortes nomes o apoiando, vence as eleições e torna-se finalmente governador da Paraíba. Infelizmente, por um curto período de tempo, ficando apenas oito meses no poder, sendo vitimado por um câncer em Setembro de 1995.

Depois deste fim prematuro sua imagem, que já era enaltecida nas cidades interioranas, ganha força na Paraíba inteira, expandindo-se por outros recantos brasileiros, tornando-se uma espécie de mito ou lenda, tanto para os que o conheciam e de maneira mais forte para a população paraibana, quanto para os que não compartilharam da sua vivência humana ou política.

Muito da mitificação de Mariz se deve, sem dúvida, a repercussão de sua saga na política: a vitória sobre uma família já estabelecida há anos no poder, sua prisão pelos militares em 1964 e posterior soltura, a insistente defesa pelos direitos humanos, as tentativas de chegar ao governo do Estado e o fato de quando finalmente ter conseguido,

morrer pouco depois. Esta história de vida dá a Antônio Mariz uma aura de mártir no âmbito popular criando sobre a sua imagem uma representação de idolatria que permaneceu como ícone da história paraibana, sendo compartilhada social e culturalmente.

Dessa forma, foi se perpetuando sua imagem de mito na política paraibana, sendo lembrada de maneira saudosa e apaixonada por uns, e na veia do oportunismo por outros. Mas, sempre sendo lembrado como um homem que ultrapassou as bordas do esquecimento, entrando para a história política e o imaginário popular como um ícone.

Neste sentido, podemos afirmar, pois, que as representações sociais de Mariz encadeiam ação, pensamento e linguagem, em condições específicas de espaço e de tempo, de tal modo que as condições de sua produção possibilitam a explicação, a interpretação e o sentido que são atribuídos ao mesmo, enquanto objeto representado, cuja imagem é compartilhada e instituída como se fosse concreta, real, imexível.

Portanto, o mito Mariz, elaborado pela mídia por seus biógrafos, e pelos próprios estudiosos do poder local a partir de determinados enunciados adjetivos que o caracterizam como pessoa e como político, tais como: diferente, salvador, solidário, igualitário, transformador da realidade, só para citar alguns, é uma construção imagética perpassada não apenas por uma compreensão política que se torna crível, sendo por isso compartilhada, mas, também, por um viés interessado, que visa a elaboração de uma imagem que se torne culturalmente aceita e que represente a possibilidade de novidade gestada no diferente e, ao mesmo tempo impedida de se instituir pela fatalidade. Com isso, Mariz, enquanto mito político é considerado, como um herói destoante da política do seu tempo, embora tenha sido gestado em suas redes de poder.

Esperamos ainda poder aprofundar as reflexões tecidas acima e, ainda, que as mesmas suscitem novas possibilidades investigativas e contribuam para outras análises sobre a história política da Paraíba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fátima. **Antônio Mariz: a trajetória de um idealista**. Editora: A União. João Pessoa, 1996.

BARBOSA, Adelson. **Candidato do PMDB leva líderes nacionais e movimenta campanha**. Folha de São Paulo, 15 de Novembro de 1994. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/15/caderno_especial/33.html. Acesso em 12 de Nov. 2014

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: Aspectos de uma interface. In. **Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005, p. 128-141.

BEZERRA, LIMA, Ada Kesea Guedes, Elizabeth Christina de Andrade. **A Produção de Mitos na Política: A Imagem Pública de Lula no Cenário Midiático**. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bocc.ubi.pt%2Fpag%2Fbocc-bezerra-a-producao.pdf&ei=27qUVJD2K-6RsQS61IHwAg&usg=AFQjCNEWTwUiiZHE7svYOJTrEadswGKfSA&sig2=2RCsEl aCL3KJAYnUB0opQw>. Acessado em 22 de Dez. 2014.

ELEIÇÕES ESTADUAIS NA PARAÍBA EM 1994. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_na_Para%C3%ADba_em_1994&oldid=40165288>. Acesso em: 7 jan. 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre, Ed. Globo, 1977.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de Coronelismo e a Imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campina Grande, EDUFCEG, 2008.

GIRADERT, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

HUMBERTO LUCENA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Humberto_Lucena&oldid=37599805>. Acesso em: 9 jan. 2015.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (ORG.). **As Representações Sociais**, Rio de Janeiro: Eduerj, p. 17-44.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LISBOA, Claudia. **Perfil parlamentar**: Antonio Mariz. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

LÚCIA BRAGA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=L%C3%BAcia_Braga&oldid=37829287>. Acesso em: 9 jan. 2015.

MALATIAN, Teresa Maria. **A Biografia e a História**. Cadernos CEDEM. UNESP/FRANCA, 2008. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518/414>. Acessado em: 12 de Dez. 2014.

MARIANO, Serioja R. C. Culturas Políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). In. **Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [24]; João Pessoa, jan./jun. 2011, p. 11-24.

MATTOS, Eilzo. **Série Histórica nº29**: Antônio Mariz. Editora A União, João Pessoa, 2000.

MATOS, Eilzo. **Política Sousense**: Eleições 1970. Novos tempos, velhos costumes. Sousa, 2005, Gráfica Marques.

MELO, José Octávio de Arruda et al. **Poder e Política na Paraíba**: uma Análise das Lideranças (1960-1990). João Pessoa: A UNIÃO, 1993.

MOURA, Fernando (Org.) **O Adeus a Mariz**: A cadeia da solidariedade. João Pessoa, 1995, A União.

PEREIRA, ARIMATÉIA, ARAÚJO, MARQUES, ARAÚJO, Raimundo Gonzaga, Alexandra Araújo, Fernanda Dias de, Maria Josineide, Vinício de Medeiro G. **As relações de poder na Paraíba**. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcoopex.fiponline.com.br%2Fimages%2Farquivos%2Fdocumentos%2F9.pdf&ei=DVqTVPDCNOqt7gb2woHgDg&usg=AFQjCNHCQ6_7AWYE-dI3Vgi-72uyRFXoXQ&sig2=eFlQNEjuK88E7XahU7IHqw&bvm=bv.82001339,d.ZGU. Acesso em 12 de Nov. 2014

Resultado das Eleições 1994 – Paraíba – Governador. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes->

1994/paraiba/resultados-das-eleicoes-1994-paraiba-governador. Acessado em 15 de Jan. 2015.

RONALDO CUNHA LIMA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ronaldo_Cunha_Lima&oldid=40648960>. Acesso em: 9 jan. 2015.

VASCONCELOS, Flávio Lúcio. **Raizes do Clientelismo no Brasil.** Disponível em: <<http://www.wscom.com.br/blog/lucioflavio/post/post/Raizes+do+Clientelismo+no+Brasil-767>>. Acesso em: 19 Nov. 2014.

WILSON BRAGA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wilson_Braga&oldid=39080613>. Acesso em: 9 jan. 2015.